

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 449/15/IE

PROCESSO: 101/2011
INTERESSADO: Santorini Terminais e Armazéns Gerais Ltda.
ASSUNTO: Solicitação de Licença Ambiental Prévia para implantação de Terminal de Granéis Sólidos e Líquidos
MUNICÍPIO: Santos

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos – IE para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da implantação de Terminal de Granéis Sólidos e Líquidos, sob responsabilidade da Santorini Terminais e Armazéns Gerais Ltda.

O empreendimento tem como principais objetivos otimizar os fluxos de exportação e importação; contribuir com o aperfeiçoamento das operações do Porto de Santos e da sua produtividade associada; e reduzir os custos associados às operações portuárias.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento compreende a implantação do Terminal de Granéis Sólidos e Líquidos na retroárea do Porto Organizado de Santos, sua ligação com os berços de atracação da Ilha Barnabé e estruturas a serem instaladas nos mesmos para operações de transbordo de graneis sólidos.

A área prevista para implantação do Terminal localiza-se na altura do km 250 (praça do pedágio) da Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055), adjacente a esta e à estrada de acesso à Ilha Barnabé, no município de Santos.

O Terminal terá aproximadamente 45 ha de área construída, sendo constituído por quatro instalações principais:

- Terminal de Líquidos, com capacidade de armazenagem de 86.000 m³, distribuídos em 28 tanques interligados aos píeres de atracação da Ilha Barnabé por meio de tubovias.
- Terminal de Granéis Sólidos Vegetais com sete armazéns para armazenamento de açúcar, outros produtos (milho, soja etc.) e eventualmente fertilizantes. As instalações poderão receber cargas nos modais rodo e ferroviário, sendo os armazéns interligados aos berços de atracação no píer da Ilha Barnabé por meio de transportadoras de correia;
- Terminal de Carga Geral Não Containerizada para receber cargas de exportação nos modais rodo e ferroviário. A ligação com os berços de atracação ocorrerá por modal rodoviário;
- Pátio de Estacionamento de Caminhões com 130 vagas para caminhões, para uso exclusivo do Terminal, proporcionando cadência adequada às operações de chegada e expedição de cargas no modal rodoviário.

Também são previstas estruturas necessárias à operação do empreendimento, localizadas fora da propriedade do Terminal:

- *Piperack* a ser implantado na faixa de domínio da estrada da CODESP, com 3.368 m de extensão, contendo 15 dutos e duas esteiras;
- Estruturas de transbordo de graneis sólidos a serem implantadas no píer da Ageo, na Ilha Barnabé.

A implantação do terminal ocorrerá em 36 meses, com estimativa de investimento de R\$ 480 milhões. Durante a implantação serão gerados cerca de 1.000 empregos e durante a operação estima-se o emprego de cerca de 500 funcionários.

3. COMPATIBILIDADE COM AS LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS

Em atendimento aos artigos 5º e 10 da Resolução CONAMA nº 237/97, foram apresentadas a Certidão de Uso e Ocupação do Solo e a Manifestação da Prefeitura Municipal de Santos, que atestam a compatibilidade do empreendimento com a legislação municipal.

4. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Geração de expectativa da população – O planejamento, os levantamentos e estudos de base para elaboração do projeto, a delimitação das áreas das obras, além da própria divulgação do empreendimento na região causam preocupações e ansiedade da população. As medidas propostas a fim de mitigar tal impacto constam nos Programas de Comunicação Social, de Apoio à Contratação de Mão de Obra Local e de Capacitação da Mão de Obra Local que deverão ser detalhados na próxima fase do licenciamento.

Desencadeamento e intensificação de processos de dinâmica superficial – A remoção da cobertura vegetal, seguida dos serviços de terraplenagem e exposição do solo, podem promover o aceleração do escoamento superficial e eventuais processos erosivos, com aumento de turbidez das águas e assoreamento dos corpos d'água. Foram propostas diretrizes e medidas para a prevenção e controle de erosão e assoreamento, que deverão ser detalhadas no âmbito do Programa de Controle de Erosão e Assoreamento e do Plano de Gestão Ambiental do Empreendimento.

Interferências em recursos hídricos – Durante a implantação do empreendimento poderá ocorrer o descarte inadequado de materiais utilizados na obra, derramamento acidental de óleo e combustível e efluentes resultantes das atividades de concretagem. As medidas e ações propostas nos Programas de Gerenciamento de Efluentes e de Monitoramento da Qualidade das Águas, e no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas em conjunto com o Programa de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras deverão mitigar esses potenciais impactos.

Na fase de operação, os potenciais impactos em recursos hídricos estão relacionados com as atividades de movimentação, armazenamento, transporte, carregamento e descarregamento dos produtos em caminhões e vagões e operações nas áreas de apoio. Serão adotados sistemas de controle nas instalações dos terminais e ao longo de todo o trajeto entre retroárea e os berços de atracação. Foi também proposto o Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e de Controle dos Impactos Ambientais da Operação, os quais deverão ser detalhados nas próximas fases do licenciamento.

Poluição e incômodos à população decorrentes dos canteiros de obras, áreas apoio e caminhos de serviço – Durante as atividades de implantação deverão ser geradas poeiras fugitivas das atividades de terraplenagem e movimentação de caminhões e máquinas, emissão dos veículos, alteração dos níveis de ruídos e geração de efluentes. Foram propostas medidas para o controle de emissões e alterações dos níveis de ruído, além de um Programa de Gerenciamento de Efluentes.

Geração de resíduos – Durante as obras deverão ser gerados resíduos próprios de construção civil, administrativos e de refeitório. Foram propostas medidas para o adequado gerenciamento de resíduos nas fases de instalação e operação, que deverão ser detalhadas no Plano de Gerenciamento de Resíduos para a próxima fase do licenciamento.

Impactos da impermeabilização do solo – a implantação do terminal levará à impermeabilização de uma área de cerca de 60 ha, devido à necessidade de proteger os solos e águas subterrâneas de eventual contaminação em caso de vazamentos acidentais dos produtos armazenados e transportados pelo empreendimento. Foi solicitado, para a próxima fase do licenciamento, o detalhamento do projeto de drenagem de águas pluviais associado ao sistema de tratamento das mesmas, antes de seu lançamento no corpo d'água.

Interferências em áreas contaminadas – o terreno onde será implantado o Terminal, conforme demonstrado na Avaliação Preliminar, não guarda histórico de uso pretérito com atividades suspeitas

de contaminação. No entanto, tendo em vista que na investigação confirmatória foi verificada concentração de bário na água subterrânea, acima do valor de intervenção da lista de Valores Orientadores para Solo e Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo, na próxima fase do licenciamento deverá ser realizada nova campanha de amostragem e, caso necessário, deverá ser iniciado o gerenciamento de passivo ambiental.

Alteração na qualidade do ar decorrente da operação do empreendimento – É prevista a emissão de compostos orgânicos voláteis, óxidos de nitrogênio e material particulado, no entanto, os valores previstos não ultrapassam o valor da linha de corte do Decreto Estadual nº 59.113/2013. Foram propostos os Programas de Monitoramento de Emissões Atmosféricas e Qualidade do Ar e de Controle de Impactos Ambientais na Operação. Para a próxima fase do licenciamento, foi solicitado o detalhamento dos equipamentos de controle de emissão de COVs e de material particulado, bem como das instalações de armazenamento, transferência e transbordo dos produtos.

Alteração dos níveis de ruído durante a operação do empreendimento – As atividades de carga e descarga e o transporte rodoviário podem causar impacto à vizinhança e aos trabalhadores do empreendimento, sendo proposto o Programa de Monitoramento de Ruído. No entorno do empreendimento não foram detectados receptores críticos de ruído. Após o início da operação do empreendimento deverá ser realizada nova campanha de medição.

Perda da cobertura vegetal e intervenções em áreas protegidas – Na Área Diretamente Afetada - ADA do empreendimento são observados fragmentos florestais de Floresta Ombrófila Densa e Floresta Alta de Restinga, além de áreas antropizadas. Para a implantação do Terminal e das estruturas de apoio há previsão de supressão de 26 ha de vegetação nativa e de árvores isoladas. Será preservada como área verde 60,83ha, que corresponde a 70,99% do fragmento de vegetação nativa existente na gleba. Foram apresentadas medidas mitigadoras e de recuperação ambiental no Programa de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras e nos Programas de Reposição Florestal e de Monitoramento de Flora. Para a próxima fase do licenciamento deverão ser apresentados Programas de Controle da Supressão de Vegetação e de Resgate da Flora, e obtidos a autorização de supressão de vegetação e respectivo Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental junto à CETESB.

O empreendimento está inserido nas zonas de amortecimento dos Parques Estaduais da Serra do Mar – PESM e Xixová-Japuí – PEXJ. A Fundação Florestal – FF se manifestou favoravelmente à emissão da LP, com condicionantes e recomendações para a continuidade do licenciamento, as quais foram contempladas na análise do empreendimento. Em relação à compensação ambiental, o empreendedor propõe que o valor apurado seja destinado aos referidos parques. Para a LI, deverá ser comprovado o depósito do valor da compensação ambiental e firmado o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA.

Impactos sobre a fauna – foram realizados levantamentos da herpetofauna, mastofauna, avifauna, e biota aquática, sendo que o grupo com maior predomínio foram as aves, com 267 espécies registradas. Foi solicitado o detalhamento dos Programas de Afugentamento e Resgate de Fauna, de Monitoramento da Fauna Terrestre, de Monitoramento da Avifauna Ameaçada e de Monitoramento da Biota Aquática, além da inclusão dos Programas de Controle da Fauna Doméstica e Sinantrópica e de Controle de Pragas e Vetores para a fase de operação.

Impactos sobre as atividades econômicas – As atividades de implantação e operação do empreendimento poderão causar dinamização da economia local, pela aquisição de bens e serviços na região, e interferências sobre as atividades pesqueiras, seja pelo aumento no tráfego de embarcações no píer da Ilha Barnabé, seja por acidentes com vazamento de produtos perigosos armazenados e transportados pelo empreendimento. Para mitigação desses impactos, foram propostos os Programas de Gerenciamento de Riscos, de Atendimento a Emergência, de Monitoramento da Biota Aquática, de Comunicação Social e de Capacitação da Mão de Obra Local. Em relação à atividade pesqueira, as ações propostas deverão ser detalhadas na forma de um Programa de Apoio à Pesca.

Interferências em infraestrutura e serviços públicos – Este impacto relaciona-se, principalmente à migração intermunicipal em virtude do surgimento de postos de trabalho, afetando setores como moradia, educação e saúde. Foram propostas medidas mitigadoras nos Programas de Apoio à Contratação de Mão de Obra Local e de Capacitação da Mão de Obra Local. Foi solicitado que, caso seja necessária a interferência em infraestruturas e/ou serviços públicos de água, energia, gás, etc., deverão ser obtidas as anuências dos órgãos responsáveis pelos mesmos.

Impactos na infraestrutura viária, no tráfego e nos transportes – Durante a implantação e operação, diversas atividades relacionadas ao empreendimento poderão impactar diretamente a infraestrutura viária e o tráfego regional. Entre outras medidas mitigadoras associadas a este impacto, foi proposto o Programa de Gerenciamento e Controle de Transportes, com interface com o Programa de Comunicação Social. Foi solicitado o detalhamento das adequações e reforços no viário existente e as respectivas aprovações dos órgãos e concessionária responsáveis.

Interferências sobre o patrimônio arqueológico, histórico, cultural e natural – Conforme o Diagnóstico Arqueológico realizado, embora os estudos realizados não apontem indícios ou evidências de materiais arqueológicos nas áreas vistoriadas, a Área Diretamente Afetada abrange compartimentos topomorfológicos e ambientais que sugerem potencial arqueológico positivo. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN se manifestou favoravelmente à emissão da LP, condicionando a LI à aprovação do Programa de Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial propostos.

Mobilização e desmobilização de mão de obra – Foi proposto o aproveitamento prioritário da mão de obra local e solicitada a promoção, em parceria com instituições, de capacitações para a mão de obra local aumentar suas possibilidades de ocupação dos postos de trabalho que surgirão, com a implantação e operação do empreendimento. Foram solicitadas ainda propostas para solução habitacional decorrente da atração da mão de obra, observando as diretrizes da Resolução SMA 68/09.

Riscos decorrentes da movimentação e armazenamento de substâncias inflamáveis e tóxicas – É prevista a movimentação de produtos inflamáveis, tóxicos além de outros não classificados como perigosos. Para minimização dos riscos, serão atendidos os requisitos legais para a movimentação, transporte e armazenagem de cargas. Foi analisada a Avaliação Preliminar de Risco da operação e considerou-se dispensável a realização de Estudo de Análise de Risco. Foram solicitados detalhamentos de projeto e de procedimentos operacionais, além da apresentação do Programa de Gerenciamento de Risco e Plano de Ação de Emergência, conforme a Norma CETESB P4.261 para as fases seguintes do licenciamento.

5. CONCLUSÃO

Considerando que se trata de empreendimento de interesse estratégico de logística para importação e exportação de produtos, cujo projeto conceitual foi otimizado após discussão com os diversos atores no processo de licenciamento, e que os impactos ambientais poderão ser mitigados com a devida implementação dos Programas Ambientais propostos e solicitados no Parecer Técnico nº 449/15/IE, a equipe do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos conclui que o empreendimento é ambientalmente viável, submetendo-o ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a emissão da Licença Ambiental Prévia da implantação do Terminal de Granéis Sólidos e Líquidos, sob responsabilidade da Santorini Terminais e Armazéns Gerais Ltda.

São Paulo, 22 de setembro de 2015.

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA
Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental
Diretora